



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023

Processo Licitatório nº: 630/2023

Processo de Impugnação nº: 11.247/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual, **Contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO** destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da Unidade, pelo período de 12 (doze) meses

IMPUGNANTE: KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 035/2023**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente afirma que o edital apresenta várias irregularidades, dentre elas, (1) a exigência de registro do atestado de capacidade técnica na entidade profissional competente, qual seja, o Conselho Regional de Nutrição como requisito de qualificação técnica (subitem 20.2 do edital), (2) a ausência de previsão e exigência no Termo de Referência de estrutura mínima na cozinha, (3) omissão quanto ao número de pessoal necessário e suficiente no subitem 18.1 do termo de referência e, por fim, (4) ausência de uma distância máxima para instalação da cozinha.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

10. Requer a impugnante que:

a) *“Para que se corrija a redação do Item 20.2 do Edital, retirando do texto a obrigatoriedade do registro do atestado no Conselho Regional de Nutrição, na forma que prediz a jurisprudência do TCU, evitando-se assim a restrição da competitividade e para que sejam respeitados os princípios basilares da legalidade, isonomia, competitividade e razoabilidade.”;*



Comissão de Pregão II

b) *“Para que descreva qual estrutura mínima será necessária aos licitantes para prestação do contrato, a fim de que sejam cumpridos **os princípios da transparência e do interesse público**”.*;

c) *“Do mesmo modo, esclareça o que entende por pessoal necessário e suficiente para cumprimento da obrigação, a fim de que a proposta a ser apresentada possa ser verificada com clareza, **garantindo assim a segurança jurídica do contrato e também os princípios acima mencionados**.*;

d) *“Para que se proceda ao estudo de distância da instalação da cozinha, cumprindo assim **o princípio do interesse público e da transparência**.”;*

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

11. Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as razões da impugnação são técnicas, tema que foge ao domínio do Pregoeiro, o assunto foi submetido à Equipe Técnica da Secretaria Requisitante para análise e manifestação e após a Procuradoria Geral para análise dos aspectos jurídicos impugnados.

12. Passa-se a transcrever a manifestação da Equipe Técnica:

“Item a) Acerca da obrigatoriedade do registro de atestado no conselho Regional de Nutrição, informo que por se tratar de uma empresa que trabalha com produção de alimentos, entendo a necessidade do registro em tal conselho, porém solicito parecer do setor responsável para esclarecimento referente a este item.

Item b) Acerca da estrutura mínima para prestação desse serviço, entendo estrutura mínima para a contratação do serviço de alimentação transportada para o HMDMDC, que a empresa possua um espaço de cozinha industrial que comporte a produção de refeições, levando em consideração o quantitativo de 500 refeições por dia, além de equipamentos específicos para a otimização do serviço, garantindo qualidade e entrega



Comissão de Pregão II

dos pedidos nos prazos estipulados, incluindo meio de transporte específico para este fim, insumos necessários e funcionários suficientes para tal demanda.

Item c) Com relação ao pessoal necessário e suficiente, entendo que para a produção de cerca de 500 refeições/dia é necessário um quantitativo de funcionários mínimo para que o serviço seja prestado da melhor maneira possível, sem acarretar atrasos e prejuízos ao serviço em questão. Isso inclui todos os tipos de funções e principalmente nutricionista em todos os dias da semana, final de semana e feriados. Levando em consideração as legislações referentes a cada função;

Item d) Sobre a distância mínima para a instalação da cozinha, declaro desconhecer distância mínima para este serviço mais reitero que as refeições precisam chegar no destino final com suas características físicas, sensoriais, microbiológicas e organolépticas em conformidade com as resoluções vigentes, considerando então o tipo de serviço e o quantitativo de refeições por dia , acredito ser inviável a contratação deste serviço por uma empresa que não possui suas instalações na cidade em que se encontra o destino final das refeições, levando em consideração também o tempo de solicitação das refeições, seu transporte e chegada no local.”

13. Instada a se manifestar sobre os aspectos jurídicos impugnados a Procuradoria Geral do Município exarou parecer o qual passa-se a transcrever de forma muito sucinta:

“No mais quanto à alegação da necessidade de registro do atestado de capacidade técnica na entidade profissional competente, o art. 30, §1º da Lei n. 8666/93 prevê que a comprovação de aptidão será feita por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

No entanto nem todos os Conselhos Profissionais registram atestados.

Especificamente no caso em tela, verifica-se que a Resolução do Conselho Federal de Nutrição (CFN) n. 728/2022, que dispõe sobre a Certidão de Registro de Atestado de



Comissão de Pregão II

Capacidade Técnica de Pessoa Jurídica e o Atestado de Responsabilidade Técnica por Execução de Serviços, expedidos pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas, para fins de comprovação de qualificação técnica por execução de serviços nas áreas de alimentação e nutrição...

Portanto, se o CFN regulamenta a matéria, dispondo sobre a emissão de registro dos atestados de capacidade técnica como prova de qualificação técnica para participação em licitações, cuja expedição está condicionada ao preenchimento de diversos requisitos, dentre eles a consulta ao banco de dados a fim de obter informações sobre a prestação de serviços da interessada protocoladas e arquivadas nos Conselhos Regionais, s.m.j., tal exigência pode ser inserida no edital, não assistindo razão à impugnante quanto a esse ponto.”

14. Por fim o setor de Gestão de Processos com base nos esclarecimentos dos setores técnico e jurídico procedeu com a retificação do Termo de Referência.

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

15. Reputando a manifestação da Equipe Técnica e da Procuradoria Geral do Município, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que assisti, parcialmente, razão à Impugnante.

16. Conclui-se, assim, que a Impugnante assiste razão em suas alegações apenas para os itens b), c) e d) dos pedidos, motivo pelo qual deverão ser procedidas as devidas alterações do Edital e sua republicação.

VI. DA DECISÃO

17. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**, no



Comissão de Pregão II

processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 035/2023**, e no mérito,
DOU PROVIMENTO PARCIAL, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 30 de maio de 2023.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870